

Artigo de Pesquisa

## O que fazer quando as grades se abrem? Motivações empreendedoras e crenças individuais de egressos de penitenciárias

Larissa Cavalcante Albuquerque<sup>a</sup> , Evangelina da Silva Sousa<sup>a\*</sup> ,  
Raimundo Eduardo Silveira Fontenele<sup>a</sup>  e Tereza Cristina Batista de Lima<sup>a</sup> 

<sup>a</sup> Faculdade de Economia, Administração, Atuária e Contabilidade (FEAAC), Universidade Federal do Ceará (UFC), Fortaleza, CE, Brasil



### Detalhes Editoriais

Sistema double-blind review

#### Histórico do artigo

**Recebido** : 08 de jun. de 2020  
**Revisado** : 21 de set. de 2020  
**Aceito** : 24 de out. de 2020  
**Disponível online** : 01 de set. de 2021

Classificação JEL: L26

Artigo ID: 1938

#### Editor Chefe<sup>1</sup> ou Adjunto<sup>2</sup>:

<sup>1</sup> Dr. Edmundo Inácio Júnior   
Univ. Estadual de Campinas, UNICAMP

#### Editor Associado Responsável:

Dr. Julio Araújo Carneiro Cunha   
Universidade Nove de Julho, UNINOVE

#### Editora Executiva:

M. Eng. Patrícia Trindade de Araújo

#### Revisão Ortográfica e Gramatical:

Dra. Mônica Império Costa  
Palavra Seleta Revisão Textual

#### Citar como:

Albuquerque, L. C; Sousa, E. da S; Fontenele, R. E. S; Lima, T. C. B. de (2022). O que fazer quando as grades se abrem? Motivações empreendedoras e crenças individuais de egressos de penitenciárias. Revista de Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas, 10(3), Artigo e1938.  
<https://doi.org/10.14211/regepe.e1938>

#### \*Autor de contato:

Evangelina da Silva Sousa  
[evangelinasousa@gmail.com](mailto:evangelinasousa@gmail.com)

### Resumo

**Objetivo:** investigar as motivações empreendedoras e as crenças individuais de egressos de penitenciárias cearenses no que diz respeito a abrir o próprio negócio, segundo a teoria do comportamento planejado. **Metodologia/Abordagem:** realizou-se uma investigação de abordagem qualitativa, com 11 egressos do sistema prisional cearense. Os dados, coletados por meio de entrevista semiestruturada, foram examinados com o auxílio do software Atlas-ti, pelas técnicas de análise de conteúdo e *pattern matching*. **Resultados:** os egressos manifestaram a intenção de abrir o próprio negócio, motivados por necessidade, oportunidades e realização pessoal; sob a influência das crenças comportamentais, normativas e de controle percebido. **Contribuições teóricas/metodológicas:** com base na teoria do comportamento planejado, o estudo promove e amplia a discussão sobre o empreendedorismo após um período de privação de liberdade, identificando as crenças que antecedem a intenção empreendedora. **Relevância/Originalidade:** os achados se contrapõem à classificação dicotômica da motivação empreendedora, descrita pelo Global Entrepreneurship Monitor; e ratificam a importância da influência dos referentes sociais na construção das crenças normativas, percebidas como facilitadoras da intenção comportamental (frequentemente confundidas com as crenças de controle percebido). Contribuições sociais: o reconhecimento da baixa empregabilidade de ex-detentos como um problema de gestão, que pode ser um início para o debate de estratégias voltadas à minimização dos impactos negativos advindos dessa situação. Este estudo, desse modo, promove o convite ao esforço conjunto entre poder público, população e academia, com fins de rever e mitigar, respectivamente, paradigmas e preconceitos relacionados aos ex-infratores pela sociedade.

**Palavras-chave:** Motivação empreendedora. Crenças salientes. Penitenciária.

### Abstract

**Purpose:** to investigate the entrepreneurial motivations and individual beliefs of former convicts from prisons in Ceará regarding opening their own business, according to the theory of planned behavior (TPB). **Method/Approach:** a qualitative research was carried out with eleven former convicts from the Ceará prison system. The data collected through semi-structured interviews were analyzed by Atlas-ti software, using content analysis and pattern matching techniques. **Results:** the former convicts expressed their intention to open their own business based on three motivations: necessity, opportunity, and personal achievement. The entrepreneurial intention was influenced by behavioral and normative beliefs, and perceived control. **Theoretical/Methodological contributions:** this research promotes and expands the discussion on entrepreneurship after a period of deprivation of liberty, using the TPB to identify beliefs that precede the entrepreneurial intention. **Relevance/Originality:** the findings oppose the dichotomous classification of entrepreneurial motivation described by the Global Entrepreneurship Monitor. The study endorses the important influence of social reference in building normative beliefs, which were perceived as facilitators of behavioral intention, being often confused with beliefs of perceived control. **Social contributions:** to recognize the low employability of former convicts as a management problem, which can foster a debate on strategies that seek to minimize these negative impacts. This study invites a discuss on joint efforts between public authorities, the population and academia, to mitigate prejudice against former offenders by society.

**Keywords:** Entrepreneurial Motivation. Salient Beliefs. Penitentiary.

## INTRODUÇÃO

A crise que acomete o sistema penitenciário brasileiro, consubstanciada pelo elevado índice de reincidência dos ex-reclusos, aponta a ineficácia das organizações prisionais em promover, por meio de programas assistenciais de educação, a ressocialização e a reintegração do indivíduo no mercado de trabalho (Cordeiro, 2019; Silva & Saraiva, 2013).

Em se tratando de educação profissional, algumas instituições prisionais adotam programas voltados ao empreendedorismo, a fim de proporcionar a capacitação dos detentos (Costelloe & Langelid, 2011), na tentativa de (re)inserir os egressos no mercado de trabalho formal – tarefa que é desafiadora, sobretudo porque esses sujeitos carregam consigo a identidade pré-moldada de eternos delinquentes (Souza et al., 2019).

Ao adotar o trabalho autônomo como opção de carreira (GEM, 2017; Ireland, 2012; Patzelt et al., 2014), os ex-detentos tenderiam, dessa forma, a direcionar esforços motivados pela necessidade de empreender, sobrelevando as práticas discriminatórias em potencial dos empregadores que, em alguns casos, impedem a contratação de ex-presidiários, em razão dos seus antecedentes criminais, do estigma criado ao redor deles e do receio de que eventuais atos violentos possam abalar a rotina organizacional (Patzelt et al., 2014).

O fomento ao empreendedorismo, durante o período de privação de liberdade, é uma das estratégias para a redução da reincidência de egressos; por isso, ele é objeto de investigações científicas, como as de Grosholz et al. (2020), Keena e Simmons (2015), Moraes et al. (2017) e Patzelt et al. (2014).

Nesse sentido, Patzelt et al. (2014), por exemplo, destacam que a maioria das pesquisas sobre empreendedorismo investiga o impacto dos programas educacionais na intenção empreendedora dos indivíduos, e o desempenho dos negócios criados pelos alunos participantes. No contexto prisional, isso propiciaria também aos indivíduos o envolvimento em um processo de mudança positiva de identidade (Grosholz et al., 2020).

Ao pressupor que a abertura de um negócio configura uma ação racionalizada, para compreender os fatores que interferem no comportamento empreendedor, faz-se necessário investigar os determinantes sobre si e o ambiente circundante – crenças individuais que determinam a intenção e o comportamento – percebidos pelos indivíduos (Hoppe et al., 2012).

Destarte, por meio da operacionalização de teorias que analisam o comportamento humano, é possível identificar as crenças preditoras da ação empreendedora. Exemplo disso é a teoria do comportamento planejado (Ajzen, 1991) – uma estrutura conceitual utilizada como referência para prever intenções e comportamentos em contextos multidisciplinares (Martins et al., 2018; Schlaegel & Koenig, 2014).

Diante do exposto, delineou-se a seguinte questão de pesquisa: *Como a possibilidade de abrir o próprio negócio é percebida por egressos de penitenciárias cearenses?* Para tanto, como objetivo do estudo, sob a perspectiva da teoria do comportamento planejado, foram investigadas as motivações empreendedoras e as crenças individuais de egressos de penitenciárias cearenses para abrir o próprio negócio.

Com os achados desta pesquisa, pretende-se ampliar a discussão sobre o empreendedorismo, a partir da ótica da

educação empreendedora inclusiva, com a oferta de atividades de formação profissional que visam à transformação cognitiva e comportamental dos egressos, estimulando-os a criar negócios e a desenvolver a mentalidade e a identidade empreendedoras, após o período de encarceramento. Nesse contexto, tal educação é considerada um instrumento capaz de evitar a reincidência criminal, por promover a reinserção social, o aproveitamento de oportunidades de negócios e a geração de renda lícita.

## REFERENCIAL TEÓRICO

O suporte teórico deste estudo advém das motivações empreendedoras, classificadas no Global Entrepreneurship Monitor (GEM, 2017), e das crenças individuais sobre a intenção empreendedora, baseadas na teoria do comportamento planejado (Ajzen, 1991).

### Motivação empreendedora

A motivação empreendedora depende do grau de valorização atribuído pelo indivíduo ao comportamento empreendedor, com base em crenças pessoais relativas às necessidades humanas (Minola et al., 2016), como a autonomia, a competitividade, os ganhos materiais e a ética no trabalho (Minola et al., 2016). Por serem pessoais, essas crenças (informações acerca de determinado comportamento) mostram-se, muitas vezes, imprecisas ou não condizentes com a realidade, todavia, mesmo assim, elas são fundamentais à ação empreendedora (Ajzen, 1991).

A relação entre a liberdade econômica e a motivação empreendedora segue a categorização estrutural dos tipos de empreendedorismo (por oportunidade e por necessidade) do Global Entrepreneurship Monitor (GEM) (Angulo-Guerrero et al., 2017), que é o maior relatório, em nível mundial, sobre a estrutura dinâmica do empreendedorismo, sendo operacionalizado no Brasil pela Fundação Getúlio Vargas (Vale et al., 2014).

A perspectiva “necessidade versus oportunidade” é, em geral, abordada nos estudos empíricos sobre os motivos que induzem o indivíduo ao empreendedorismo (Vale et al., 2014). Assim, os empreendimentos são criados, a depender das necessidades e dos desejos que se pretende satisfazer; da exploração de oportunidades, mesmo quando há outras opções atraentes de emprego (Carsrud & Brännback, 2011); ou da combinação de motivações (Van der Zwan et al., 2016).

Segundo o GEM (2017), o empreendedor por necessidade é aquele que inicia o negócio devido à carência de opções para a geração de ocupação e de renda. O indivíduo é, então, motivado por necessidade, impulso ou pressão familiar, a desenvolver uma atividade autônoma, em virtude da ausência de ou da insatisfação com as opções de emprego disponíveis (Van der Zwan et al., 2016).

No empreendedorismo por oportunidade, por sua vez, o indivíduo é movido pela atração ou busca voluntária de oportunidades no ambiente (GEM, 2017; Van der Zwan et al., 2016), o que abarca a exploração de novos nichos de mercados, considerando a inovação (Angulo-Guerrero et al., 2017), as experiências anteriores e o conhecimento, responsáveis por criar a capacidade de reconhecer oportunidades desperdiçadas por outrem (Yitshaki & Kropp, 2016), visando algum ganho (Block & Wagner, 2010).

Ressalta-se que, diante das mudanças nos sistemas produtivos e no mercado de trabalho, marcados pelo desemprego estrutural, o empreendedor, mesmo atento às oportunidades de negócios, pode ser movido pela autonomia pessoal e por necessidade de sobrevivência, percebendo na atividade empreendedora uma alternativa de trabalho e de geração de renda (Vale et al., 2014).

Pesquisas empíricas apontam que os empreendedores por necessidade são caracterizados por níveis mais baixos de satisfação (Block & Wagner, 2010; Kautonen & Palmroos, 2010), menor nível educacional (Fossen & Buëttner, 2013), e menor período de permanência no mercado (Block & Wagner, 2010), embora, no contexto brasileiro, o percentual de empreendedores por necessidade seja menor do que o daqueles que empreendem por oportunidade (GEM, 2017).

### Intenção empreendedora e Teoria do comportamento planejado

A intenção empreendedora é um estado consciente, que antecede a ação e direciona a atenção para o empreendedorismo (Agolla et al., 2019), representando, assim, um esforço despendido pelo indivíduo para a realização da atividade empreendedora (Paul et al., 2017).

O modelo teórico de intenção empreendedora mais utilizado (Martins et al., 2018) é a teoria do comportamento planejado (TCP), cuja finalidade é explicar o comportamento desenvolvido perante determinada situação (Ajzen, 1991). Aplicada no campo do empreendedorismo e alicerçada por crenças que constituem os fatores indutores do desenvolvimento ou não de um comportamento, a intenção empreendedora denota o empenho do indivíduo em efetivar a criação de um negócio.

Segundo a TCP, o comportamento humano é guiado pelas crenças: (a) comportamentais, que envolvem a avaliação individual dos possíveis resultados provocados por determinado comportamento, ocasionando uma atitude favorável ou desfavorável à sua realização; (b) normativas, relacionadas à pressão de referentes sociais (familiares, amigos e outros grupos) para que o indivíduo desenvolva o comportamento empreendedor; e (c) de controle percebido, relativas aos fatores capazes de viabilizar ou de impedir a realização do comportamento, considerando as habilidades individuais (Ajzen, 1991).

Os programas de empreendedorismo no cárcere promovem discussões sobre como alcançar, de uma maneira eficaz, os objetivos e a projeção de independência, viabilizados pelo empreendedorismo, por intermédio da mudança da atitude empreendedora dos detentos. Nesse sentido, ao passo que as redes de apoio dentro e fora da prisão criam pressões sociais sobre esses indivíduos, particularmente quando a família e os amigos percebem o empreendedorismo como a melhor opção disponível, a qualificação profissional, por meio dos referidos programas, desenvolve habilidades e a capacitação socioeconômica dos detentos, influenciando no comportamento empreendedor (Grosholz et al., 2020).

Segundo os resultados da pesquisa de Cavazos-Arroyo et al. (2017), as crenças comportamentais influenciam a atitude empreendedora, sendo que, quanto mais favorável ela for, maior será a intenção em empreender (Agolla et al., 2019; Carsrud &

Brännback, 2011; Ferri et al., 2019). Além disso, de acordo com os achados de Agolla et al. (2019), Cavazos-Arroyo et al. (2017) e Ferri et al. (2019), há também influência positiva junto à intenção empreendedora das crenças normativas e de controle percebido.

A integração de detentos no mercado de trabalho pode ser realizada por meio de projetos voltados à empregabilidade (Wilson et al., 2000), haja vista a baixa instrução educacional e as poucas habilidades profissionais dos indivíduos encarcerados. Assim, para conquistar uma oportunidade de emprego e manter essa ocupação, eles precisam estar motivados a evitar a reincidência e a construir novos laços emocionais após a saída da prisão (Alós et al., 2015; Grosholz et al., 2020).

Esses indivíduos, vistos como inacessíveis por conta dos antecedentes criminais (Sarasvathy, 2004), podem, então, ser motivados, por impulso, ao autoemprego (Van der Zwan et al., 2016), realizando o empreendedorismo por necessidade; ou reconhecer oportunidades, em função das mudanças cognitivas e comportamentais promovidas pela participação em programas voltados ao empreendedorismo (Grosholz et al., 2020), ainda no ambiente prisional.

Diante do aporte teórico exposto, foram definidas as seguintes proposições de investigação:

- P1:** A motivação empreendedora dos egressos é dicotômica e baseada na necessidade e na oportunidade de negócios.
- P2:** As crenças comportamentais, normativas e de controle percebido influenciam a intenção empreendedora dos egressos que participaram de programas voltados ao empreendedorismo, visto que a intenção precede o comportamento empreendedor.

### METODOLOGIA

Esta pesquisa segue uma abordagem qualitativa, de tipologia descritiva e exploratória (Gray, 2012), com entrevistas semiestruturadas aplicadas a egressos de penitenciárias cearenses.

A administração do campo (estabelecimentos prisionais nos quais os entrevistados cumprem suas penas) impôs uma dinâmica de limitações aos pesquisadores, como: procedimentos de segurança predefinidos, tempo reduzido para a entrevista, acesso a um número pré-determinado de sujeitos e acessibilidade controlada.

Diante disso, o critério de acessibilidade foi utilizado (Vergara, 2003), sendo as entrevistas realizadas nas dependências da Coordenadoria de Inclusão Social do Preso e do Egresso (Cispe) e da Fundação Deusmar Queirós, e intermediadas por representantes dessas instituições. As entrevistas aconteceram presencialmente, em abril e maio de 2018, e foram gravadas, mediante autorização dos entrevistados.

O ponto de saturação obedeceu ao critério de Thiry-Cherques (2009), percebido na nona entrevista. Duas entrevistas adicionais aconteceram, então, para confirmar a saturação (uma delas com uma egressa). Como não foi possível estabelecer uma quantidade homogênea entre homens e mulheres entrevistados, em razão da dificuldade de acesso, entrevistas realizadas com três egressas não foram descartadas, pois somente com onze entrevistas a saturação teórica foi atingida.

As 11 entrevistas foram individuais, com os participantes identificados pela codificação: EG1 a EG11 (Tabela 1). Quanto ao perfil, havia oito homens e três mulheres, todos com idade entre

22 e 51 anos. Nove tinham sido condenados pela Justiça, cumpriram o regime fechado e completavam o restante da pena em regime aberto ou semiaberto, sendo que parte deles utilizava equipamento de monitoramento eletrônico; e dois (duas mulheres), após período de encarceramento, receberam o benefício de relaxamento de prisão, aguardando o julgamento em liberdade.

**Tabela 1**

*Caracterização dos sujeitos da pesquisa*

Sujeito	Gênero	Idade (anos)	Escolaridade <sup>a</sup>	Pena (anos)
EG1	Feminino	43	Superior em Filosofia	10
EG2	Masculino	34	Superior em Informática Superior em Matemática <sup>INC</sup>	11
EG3	Masculino	25	Superior em Administração <sup>INC</sup>	10
EG4	Feminino	27	Superior em Finanças <sup>INC</sup>	AGJ
EG5	Masculino	51	Ensino Médio	NM
EG6	Masculino	22	Ensino Médio	NM
EG7	Masculino	33	Ensino Médio	9
EG8	Feminino	30	Ensino Médio <sup>INC</sup>	AGJ
EG9	Masculino	24	Ensino Médio <sup>INC</sup>	3,5
EG10 <sup>b</sup>	Masculino	43	Ensino Fundamental <sup>INC</sup>	10
EG11	Masculino	30	Ensino Fundamental <sup>INC</sup>	NM

Notas: <sup>a</sup> INC= incompleto, caso contrário, completo.

<sup>b</sup> Reincidente.

AGJ = aguardando julgamento.

NM = não mencionado.

Elaborada pelos autores com base nos dados da pesquisa (2020).

O roteiro de entrevistas foi elaborado a partir da classificação dicotômica referente às motivações empreendedoras (GEM, 2017) e da teoria do comportamento planejado (Ajzen, 1991), utilizada para investigar as crenças individuais dos entrevistados.

Os dados coletados foram examinados pela análise de conteúdo (Bardin, 2011) e pela técnica pattern matching (Trochim, 1989), que realiza uma comparação entre a teoria adotada e a realidade empírica investigada. Para tanto, foram elencados os elementos constitutivos de análise (Tabela 2).

O conteúdo das entrevistas foi transcrito e analisado com o auxílio do software Atlas.ti, que codifica os fragmentos da transcrição em unidades de registro e representa os resultados de cada categoria com redes semânticas, geradas pela *Network View*, nas quais as associações entre as unidades de registro estão descritas. Setas demonstrativas das associações entre as unidades de registro ilustram as unidades de contexto, sendo cada código indicado por um par ordenado de números {a – b}, em que “a” é a frequência do uso da unidade de registro durante a transcrição, e “b”, a interligação com outros códigos. As unidades de contexto e de registro decorrentes da análise do conteúdo estão agrupadas em quatro dimensões: motivações empreendedoras, crenças comportamentais, crenças normativas, e crenças de controle percebido (Tabela 3).

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

O mapeamento das iniciativas de reintegração de egressos, incentivadoras do empreendedorismo, identificou três projetos administrados pela Secretaria da Justiça e Cidadania do Estado (Sejus/CE): (1) Projeto Querer, que possibilita a capacitação profissional, e estimula a cooperação e o associativismo entre os detentos; (2) Projeto Vivendo Empreendendo, que oferece capacitação, por meio de cursos e oficinas, além de ceder carrinhos de lanches aos egressos, com o alvará de circulação sem custos, liberado pela Prefeitura de Fortaleza (Governo do Estado do Ceará, 2017); e (3) Kiteiras Grants, projeto derivado de uma parceria entre a Sejus/CE, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e a Danone, cujo objetivo é fornecer

**Tabela 2**

*Elementos constitutivos de análise*

Dimensões	Definições constitutivas	Definições operacionais	Questões do roteiro da entrevista
Motivações empreendedoras por necessidade	Devido à carência de opções de emprego disponíveis, o indivíduo é motivado pela necessidade de sobrevivência a empreender (Ángulo-Guerrero et al., 2017; GEM, 2017; Van der Zwan et al., 2016; Yitshaki & Kropp, 2016).	Identificar se o egresso tem intenção de abrir seu próprio negócio e, em caso afirmativo, investigar quais razões o motivam a empreender (necessidade, oportunidade e outras, emergentes do campo).	Quais são seus objetivos para o futuro, após a saída da penitenciária?
Motivações empreendedoras por oportunidade	O indivíduo é motivado pelo reconhecimento de oportunidades de negócios e se sente atraído para explorá-las (Ángulo-Guerrero et al., 2017; GEM, 2017; Van der Zwan et al., 2016; Yitshaki & Kropp, 2016).		
Crenças individuais comportamentais	Referem-se à avaliação individual que o comportamento empreendedor pode provocar, promovendo uma atitude favorável ou desfavorável ao empreendedorismo (Agolla et al., 2019; Ajzen, 1991; Ferri et al., 2019; Grosholz et al., 2020; Liñán & Chen, 2009).	Identificar as crenças referentes à avaliação favorável e desfavorável dos egressos quanto a se tornarem empreendedores.	Na sua opinião, quais seriam as vantagens de ter seu próprio negócio? E quais as desvantagens?
Crenças individuais normativas	Advêm da influência dos grupos sociais e refletem a preocupação do indivíduo quanto às consequências do comportamento empreendedor para seus referentes sociais (Agolla et al., 2019; Ajzen, 1991; Ferri et al., 2019; Grosholz et al., 2020; Liñán & Chen, 2009).	Investigar quais referentes sociais exercem pressão social para o ingresso dos egressos na atividade empreendedora.	O que as pessoas pensariam se você decidisse criar seu próprio negócio? Quem aprovaria a sua iniciativa? Quem você acha que desaprovava? Por quê?
Crenças individuais de controle percebido	Relacionam-se ao reconhecimento de habilidades e capacidades para o desenvolvimento de funções empreendedoras (Agolla et al., 2019; Ajzen, 1991; Ferri et al., 2019; Grosholz et al., 2020; Liñán & Chen, 2009).	Evidenciar as crenças que facilitam e dificultam a atividade empreendedora em relação à capacidade individual dos egressos.	O que facilitaria sua tentativa de criar um negócio? Por quê? E o que a dificultaria? Por quê?

Nota: Elaborada pelos autores com base nos dados da pesquisa (2020).

treinamento para egressos e oferecer suportes estruturais à abertura de negócios por eles. Uma iniciativa privada também foi identificada – o Projeto Fábrica Escola, que advém de uma parceria entre a Fundação Deusmar Queirós e a Universidade Estadual do Ceará, oferecendo capacitação profissional, oficinas de ensino e de produção em diversas áreas, para apenados e seus familiares.

**Tabela 3**

*Categorias analíticas da pesquisa*

Categoria analítica	Unidade de contexto	Unidade de registro
Motivações empreendedoras	Objetivos futuros	Empreendedorismo por necessidade
		Empreendedorismo por oportunidade
Crenças comportamentais	Vantagens	Realização pessoal
		Retorno financeiro
		Ajudar outros egressos
		Gestão do próprio tempo
		Autonomia
Crenças normativas	Percepção de terceiros	Nível menor de pressão
		Perda de direitos trabalhistas
		Necessidade de disciplina e organização
		Custo com imposto
		Risco
Crenças de controle percebido	Facilitadores	Não há vantagens em ter o próprio negócio
		Sociedade
		Família
		Amigos
		Clientes e fornecedores
Crenças de controle percebido	Dificultadores	Experiência anterior com empreendedorismo
		Experiência profissional anterior
		Habilidades pessoais
		Apoio de terceiros
		Familiares próximos empreendedores
		Projeto Carrinho Empreendedor
		Burocracia para abrir uma empresa
		Falta de apoio
		Falta de capital
		Passagem pelo sistema prisional
Suspensão de direitos		
Estigma e preconceito		
Tornozeleira eletrônica		

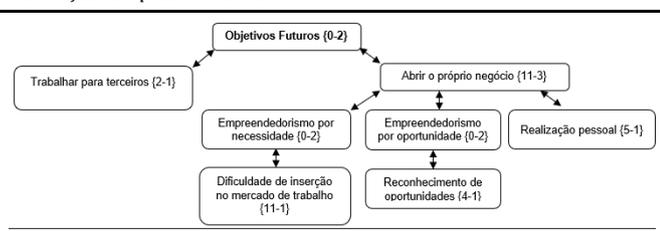
Nota: Elaborada pelos autores com base nos dados da pesquisa (2020).

**Motivações empreendedoras**

Questionados sobre os objetivos para o futuro, após a saída da penitenciária, os entrevistados apontaram duas respostas: “trabalhar para terceiros” e “abrir o próprio negócio”, consolidando a unidade de contexto “objetivos futuros”, que gerou, no Atlas.ti, a rede semântica disposta a seguir (Figura 1).

**Figura 1**

*Motivações empreendedoras*



Nota: Elaborada pelos autores com base nos dados da pesquisa (2020).

Os sujeitos que verbalizaram a vontade de “trabalhar para terceiros” gostariam de retomar as atividades desempenhadas antes do cárcere, revelando, também, o desejo de conciliar o trabalho para terceiros e a carreira empreendedora.

Todos os entrevistados manifestaram a intenção empreendedora, ao externar a predisposição de “abrir o próprio

negócio” (Agolla et al, 2019; Paul et al, 2017): “Eu tenho vontade de ter meu negócio” (EG1); “Eu já penso no meu negócio próprio” (EG4) etc. Tais relatos corroboram os dados do GEM (2017), em que “ter um negócio próprio” é o desejo de 31% dos brasileiros adultos, sendo que 36% já possuem um negócio ou realizaram alguma ação para isso acontecer.

Tais motivações estão agrupadas em três unidades de registro: “empreendedorismo por necessidade”, “empreendedorismo por oportunidade” e “realização pessoal” – esta última categoria emergiu do campo, contrapondo a categorização dicotômica do GEM (2017) e corroborando a perspectiva de Vale et al. (2014).

O “empreendedorismo por necessidade” é comum entre os egressos, em função dos obstáculos que restringem suas condições de empregabilidade/recolocação no mercado de trabalho (Holzer et al., 2003), como o desemprego, a pressão familiar e a insatisfação com a situação atual (Van der Zwan et al., 2016). A respeito disso, os relatos dos entrevistados revelam a dificuldade de inserção no trabalho formal, o que os direciona ao empreendedorismo por necessidade:

Todo mundo lá dentro pensa em colocar um negócio porque já sabe da dificuldade de arranjar um trabalho depois que você sai de um presídio. EG3

Não dão oportunidade. Quando aparecia uma vaga eu ia, era o primeiro! Mas quando puxavam a minha ficha e viam que eu tinha passado pelo sistema diziam: ‘Me dê o seu número que depois eu lhe ligo’. Quando eu saí, passei quase dez anos nessa peleja atrás de emprego de carteira assinada, mas as portas sempre fechadas. EG11

Um dos entrevistados mencionou que o planejamento para o seu pequeno empreendimento começou enquanto ainda cumpria pena em regime fechado. No momento da entrevista, ele usava tornozeleira eletrônica e estava em prisão domiciliar há três meses, mas havia inaugurado um pequeno comércio em sua casa, em um bairro da periferia de Fortaleza.

O “empreendedorismo por oportunidade” emergiu quando os entrevistados reconheceram a existência de determinadas oportunidades de negócios, ainda não exploradas. Nesse contexto, há motivações empreendedoras baseadas no capital humano (Vale et al., 2014; Yitshaki & Kropp, 2016):

Apareceram algumas oportunidades na minha frente, como o drop shipping, que são vendas on-line, sem você ter estoque em casa; outra possibilidade é abrir uma facção de costura com minha tia. EG4

Colocar um negócio é uma ideia minha agora. Eu tive essa visão porque um dia eu cheguei em casa e minha mulher tinha saído, não tinha nada para comer, eu queria comer alguma coisa rápida e não tinha nada perto lá de casa. E daí eu tive essa visão que alguma coisa poderia dar certo aqui, com venda de lanche à noite. EG12

Contrapondo a classificação dicotômica do GEM, emergiu do relato de alguns entrevistados a motivação empreendedora como “realização pessoal”, tornada, por isso, uma unidade de registro. Ressalta-se que essa motivação foi corroborada por McClelland (1972), que considerava o sentimento de necessidade de conquista e de realizações pessoais uma das principais razões de impulso do indivíduo ao empreendedorismo; e por Vale et al.

(2014), como sendo a ânsia por conquistas e realizações, que é complexa, multidimensional e não excludente (necessidade versus oportunidade).

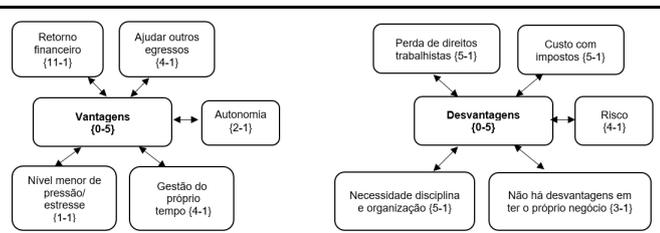
Face ao exposto, as motivações indutoras dos entrevistados ao empreendedorismo extrapolam a classificação dicotômica do GEM, pois eles se mostraram movidos pela necessidade, por oportunidade e para a realização pessoal, ratificando a perspectiva de Vale et al. (2014) acerca da interação entre diversas razões complexas, que transcendem a necessidade de sobrevivência e a percepção de oportunidade de negócios para a tomada de ação empreendedora – o que constitui um achado relevante desta pesquisa.

### Crenças comportamentais

A avaliação dos indivíduos (crenças) relativas à futura atuação como empreendedores se enquadraram em duas unidades de registro: “vantagens de ter o próprio negócio” e “desvantagens de ter o próprio negócio”, gerando a rede semântica a seguir (Figura 2).

Figura 2

#### Crenças comportamentais



Nota: Elaborada pelos autores com base nos dados da pesquisa (2020).

Ao optar pelo empreendedorismo, os indivíduos consideram o desejo por autonomia e independência, com a aplicação do seu conhecimento e experiência, a fim de administrar por conta própria o trabalho e ter autorrealização (Carter et al., 2003; Vale et al., 2014).

A partir dos relatos, foram identificadas as seguintes crenças comportamentais favoráveis ao empreendedorismo: retorno financeiro, gestão do próprio tempo, autonomia, nível menor de pressão/estresse e possibilidade de ajudar outros egressos.

A necessidade financeira é um forte motivador para a escolha do empreendedorismo como opção de carreira (Alstete, 2008), especialmente no período pós-encarceramento, em que os egressos enfrentam restrições de capital financeiro e desenvolvem atividades que requerem pouco investimento inicial para a abertura dos negócios (Grosholz et al., 2020).

Os egressos associam o empreendedorismo a uma forma viável de adquirir renda: “Uma vantagem é a renda, que eu acredito que seria maior que um salário-mínimo, né?” (EG6). Nesse sentido, aqueles que tiveram negócios antes da passagem pelo sistema prisional apontam o retorno financeiro como um dos pontos positivos de ser empreendedor.

Os resultados corroboram o apontado por Kautonen e Palmroos (2010), ao afirmar que o aumento de rendimentos, a liberdade para gerir o próprio tempo e a independência são fatores atraentes aos indivíduos em relação ao empreendedorismo.

A autodisciplina para gerenciar o próprio tempo associa-se à ideia de abrir um negócio, gerando, assim, uma atitude positiva em relação ao empreendedorismo de encarcerados que participam de programas de educação empreendedora (Grosholz et al., 2020), como confirmam os relatos: “Uma das vantagens é que você faz seus horários, né?” (EG5); e “São muitas vantagens, ter mais tempo pra resolver meus problemas, por exemplo” (EG3). Essas são falas que sugerem a crença de que o empreendedorismo traria mais flexibilidade e tempo livre “gestão do próprio tempo”.

Outra crença observada está na “autonomia”, que proporciona liberdade de decisão para o empreendedor, oferecendo-lhe a oportunidade de trabalhar de acordo com seus valores e objetivos, além de comandar e de liderar o seu negócio (Grosholz et al., 2020; Van Gelderen, 2010), conforme o relato: “São muitas vantagens, só em você tá trabalhando para si próprio, não é pra ninguém, já é bom. Você faz do seu jeito” (EG3).

Um dos entrevistados acredita que o nível de pressão e estresse na carreira como empreendedor é menor, se comparado a trabalhar como funcionário de terceiros, sendo uma das vantagens de ter o próprio negócio. Tal relato diverge dos resultados apontados na literatura, uma vez que a atividade empreendedora gera estresse para empreendedores de todos os níveis (Alstete, 2008).

Outra crença que se destacou foi “ajudar outros egressos”, uma vez que quatro entrevistados ressaltaram a possibilidade de gerar oportunidades de trabalho, como empreendedores, para outros ex-detentos. A externalização desse desejo voltado a terceiros denota os vínculos de natureza afetiva e/ou familiar como um motivo indutor do empreendedorismo (Vale et al., 2014), em forma de apoio social pós-encarceramento (Grosholz et al., 2020).

Em relação às desvantagens de ter o próprio negócio, foram elencadas cinco crenças: “direitos trabalhistas”, “custo com impostos”, “necessidade de disciplina e de organização”, “risco” e “não há desvantagens em ter o próprio negócio”.

Cinco entrevistados demonstraram temer a perda de seus direitos trabalhistas, como previdência social e fundo de garantia, se optassem pelo empreendedorismo: “A desvantagem é que sendo funcionário a pessoa tem aquela garantia, né? Tem um emprego certo, tem um fundo de garantia, um salário certinho, né? Como empreendedor, não” (EG5).

O “custo com impostos” também foi citado, pois, de acordo com os egressos, a alta carga tributária faz com que eles reflitam antes de empreender: “A desvantagem é o imposto muito alto, aí a gente volta a pensar duas vezes” (EG7). Essa realidade é evidenciada pelo GEM (2017), que considera os altos impostos como fatores limitadores ao empreendedorismo brasileiro.

Em contrapartida, com o programa microempreendedor individual (MEI), é possível regularizar as atividades empreendedoras e garantir os benefícios sociais, como a aposentadoria, e a isenção de tributos federais e de taxas de registro empresarial, por meio de um único recolhimento mensal (Behling et al., 2015). Assim, as desvantagens mencionadas pelos entrevistados são amenizadas na opção pela formalização do negócio com adesão ao MEI.

Mesmo apontando como desvantagens a “necessidade de disciplina e de organização” e o “risco”, os entrevistados mantiveram a atitude positiva sobre a possibilidade de empreender: “Você tem que acordar cedo, tem que manter um

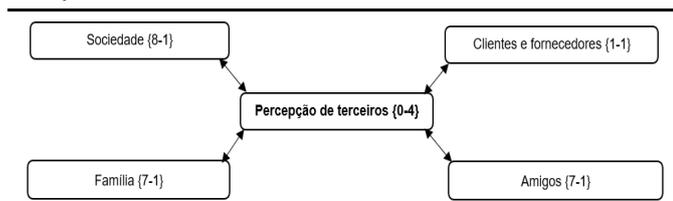
horário certo, tem que ser disciplinado ou o negócio fica bagunçado...” (EG5); e “Desvantagens é só o risco de investir e perder.” (EG7). O tom positivo também é registrado pelas falas de três entrevistados, que sequer conseguiram pontuar algum tipo de desvantagem em ter o próprio negócio.

Os relatos ratificam os resultados de pesquisas que apontam a formação de uma atitude favorável relacionada diretamente à intenção empreendedora (Ferreira et al., 2017; Liñán & Chen, 2009).

### Crenças normativas

Para investigar a influência de terceiros na intenção empreendedora dos egressos, a categoria de análise “crenças normativas” se interligou à unidade de contexto “percepção de terceiros”, associada a quatro unidades de registro: “família” e “amigos” são referentes sociais, que influenciam o indivíduo, em consonância com a teoria do comportamento planejado (Ajzen, 1991); e “sociedade” e “clientes e fornecedores” emergiram da análise dos dados, sendo, assim, “novos referentes sociais” – esse é um achado relevante desta pesquisa, conforme ilustrado na rede semântica a seguir (Figura 3).

**Figura 3**  
Crenças normativas



Nota: Elaborada pelos autores com base nos dados da pesquisa (2020).

As crenças normativas identificam barreiras socioambientais ao envolvimento em atividades empreendedoras (Ephrem et al., 2019; Liñán & Chen, 2009). Isso foi ratificado pela identificação do referente “sociedade” por oito dos entrevistados, que interpreta de forma reticente qualquer tipo de ação advinda de um ex-infrator.

Entre os entrevistados, o único que já empreendeu após a saída da penitenciária, inaugurando seu comércio dois meses antes da entrevista, concorda e expõe a percepção da descrença das pessoas em seu empreendimento e nos seus planos para o futuro: “Hoje eu vejo que muitas pessoas não acreditam que você pode crescer. Realmente não acreditam” (EG3).

Essa crença negativa converge para a indicação de Pastore (2011), sobre a repulsa a ex-infratores poder durar toda uma vida, estendendo-se à sociedade, o que remete a um problema social. Nesse sentido, o GEM (2017) alerta que a percepção da sociedade sobre grupos minoritários afeta a intenção empreendedora desses indivíduos, à medida que as normas sociais interferem sobre como esses sujeitos encaram a vida e suas possibilidades.

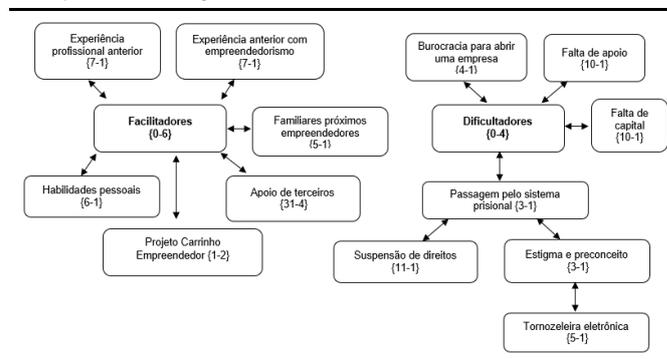
Ainda nesse contexto, um dos egressos (que teve uma revenda de automóveis) mencionou suas impressões relativas aos possíveis “clientes e fornecedores”, demonstrando a dificuldade a ser enfrentada na reabertura do seu negócio: “Para eu reabrir o meu antigo negócio tem muitas barreiras. A dificuldade maior é como eu iria me comportar, não só com o meu cliente, mas com o meio que eu vou relacionar” (EG2).

Os referentes sociais mais citados foram “família” e “amigos”, preditores contextuais mais próximos (Ferreira et al., 2017) e que exercem maior pressão social sobre o comportamento empreendedor (Ephrem et al., 2019; Grosholz et al., 2020), corroborando os resultados de pesquisas anteriores, em que as expectativas desses grupos ancoram a decisão sobre se tornar um empreendedor (Barros et al., 2014; Ferreira et al., 2017; Grosholz et al., 2020).

### Crenças de controle percebido

Para evidenciar as crenças que facilitam e dificultam a atividade empreendedora, relativas à capacidade individual dos indivíduos, foi concebida a categoria analítica “crenças de controle percebido”, investigada por meio das unidades de contexto “facilitadores” e “dificultadores”, conforme está apresentado na rede semântica a seguir (Figura 4).

**Figura 4**  
Crenças de controle percebido



Nota: Elaborada pelos autores com base nos dados da pesquisa (2020).

Na unidade “facilitadores”, foram identificadas as crenças: “experiência profissional anterior”, “experiência anterior com empreendedorismo”, “projeto carrinho empreendedor”, “habilidades pessoais”, “familiares empreendedores” e “apoio de terceiros”. E, na unidade “dificultadores”, as crenças: “falta de capital”, “falta de apoio”, “burocracia” e “passagem pelo sistema prisional”.

Sete egressos afirmaram que as experiências profissionais anteriores facilitariam uma nova empreitada como empreendedores. Um dos entrevistados mencionou o “Meu Carrinho Empreendedor”, do projeto “Vivendo e Aprendendo” como algo que facilitaria seu plano de voltar a trabalhar como autônomo, vendendo churrasquinhos – atividade que desempenhava antes da passagem pelo sistema.

Os negócios potenciais almejados por egressos não são inatingíveis e exigem pouco investimento inicial, uma vez que esses sujeitos consideram suas experiências anteriores (Grosholz et al., 2020). Destarte, os entrevistados reconhecem que o comportamento empreendedor é facilitado pela experiência passada, considerando o proposto por Ajzen (1991).

As “habilidades pessoais” foram consideradas facilitadoras da tentativa de abrir um negócio, uma vez que alguns entrevistados gostariam de investir em ramos que exigem certa habilidade manual, devido às suas aptidões, reconhecendo a capacidade de controlar e de dominar seu comportamento (Grosholz et al., 2020; Liñán & Chen, 2009).

Os relatos indicaram “familiares empreendedores” e “apoio de terceiros” como facilitadores do comportamento empreendedor. Entretanto, a influência familiar e de amigos não é considerada uma crença de controle percebido, uma vez que não está relacionada às habilidades individuais, embora o contexto possa favorecer o desenvolvimento de habilidades empreendedoras (Grosholz et al., 2020; Rodermund, 2004).

As crenças “falta de capital”, “falta de apoio” e “burocracia para abrir uma empresa” emergiram do campo, mas são dificuldades enfrentadas pelos empreendedores brasileiros em geral, não somente pelos entrevistados. O GEM (2017) atesta essa informação, mencionando a falta de recursos financeiros, a burocracia, a legislação e a carga tributária como fatores limitantes ao desenvolvimento do empreendedorismo no Brasil.

A “falta de apoio” foi apontada como um aspecto percebido pelos egressos logo após a saída do cárcere. Parte dos entrevistados registrou a falta de suporte de familiares e de conhecidos próximos; contudo, é importante salientar que três deles justificaram essa atitude como temerosa e superprotetora, decorrente da grande preocupação dos familiares com sua possível reincidência no crime.

As crenças “falta de capital”, “falta de apoio” e “burocracia” também não podem ser classificadas como de controle percebido, uma vez que não se referem a habilidades e capacidades individuais para o envolvimento na atividade empreendedora.

A unidade “passagem pelo sistema prisional” emergiu do campo e foi criada para agrupar os fatores limitadores ao empreendedorismo dos egressos. Entre eles, estão: (a) “suspensão de direitos”, que envolve restrições de documentação e outras perdas temporárias de direitos civis; e (b) “estigma e preconceito”, associados à “tornozeleira eletrônica”, que dificulta a realização do comportamento empreendedor, pois limita a capacidade de deslocamento do indivíduo. Para Ireland (2012), integrar o prisioneiro ao convívio social implica despojar-se de preconceitos sociais e culturais, e as falas dos sujeitos sugerem que nem todos conseguem fazê-lo.

A partir da análise dos dados, foi possível compreender que: (a) as motivações empreendedoras dos egressos não atendem à classificação dicotômica do GEM (2017), posto que a realização pessoal emergiu como outro motivador; e (b) as crenças comportamentais, normativas e de controle percebido contribuem para a formação da intenção empreendedora dos egressos. Os achados da pesquisa foram sintetizados a seguir (Figura 5).

## CONCLUSÕES

Esta pesquisa teve como objetivo investigar as motivações empreendedoras e as crenças individuais de egressos de penitenciárias cearenses, no que tange a abrir o próprio negócio, sob a perspectiva da teoria do comportamento planejado.

Em relação às **motivações empreendedoras**, todos os egressos manifestaram intenção em abrir um negócio pela **necessidade**, por identificação de **oportunidades** e para a **realização pessoal**. Tal achado contrapõe a classificação dicotômica proposta pelo GEM (2017), e reforça a perspectiva de Vale et al. (2014), de que os motivos para empreender advêm de motivações múltiplas e não excludentes.

Quanto às **crenças individuais**, elas foram agrupadas conforme a classificação de Ajzen (1991), sendo identificadas as vantagens e as desvantagens, bem como os elementos facilitadores e dificultadores, percebidos em cada uma delas, quanto à intenção de abrir um negócio próprio.

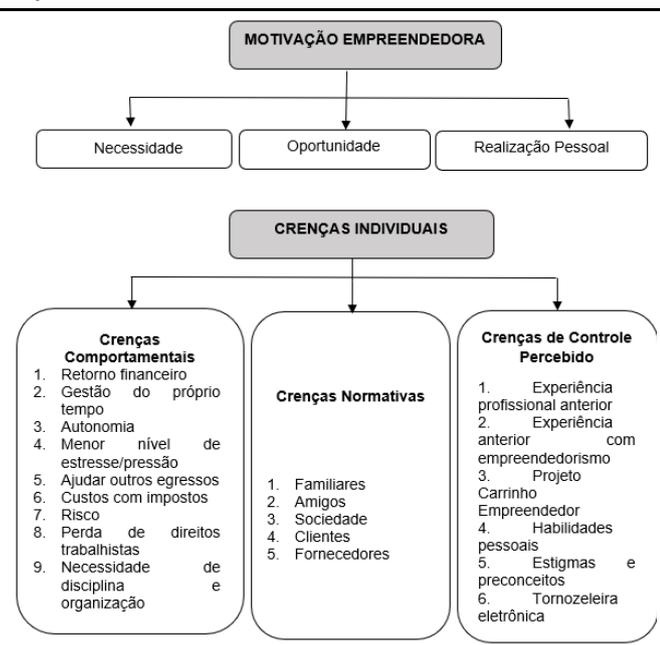
Assim, nas **crenças comportamentais**, foram identificadas as seguintes **vantagens**: retorno financeiro, gestão do tempo, autonomia, menor nível de estresse ou pressão para conduzir o empreendimento, e possibilidade de ajudar outros egressos com a mesma dificuldade de conseguir um emprego; e as **desvantagens**: custos com impostos, risco, perda de direitos trabalhistas, e necessidade de disciplina e de organização. Ressalta-se que três entrevistados foram incapazes de mencionar qualquer desvantagem em empreender, sugerindo forte atitude positiva em relação ao empreendedorismo.

Nas **crenças normativas**, a sociedade foi considerada o referente social que interfere **de forma negativa** na decisão de empreender; enquanto, a família e os amigos foram os grupos de referência mais citados, que aprovariam (**forma positiva**) a decisão de empreender dos egressos. Outros referentes sociais mencionados foram clientes e fornecedores, mas com menor intensidade.

No que diz respeito às **crenças de controle percebido**, foram considerados **facilitadores** da intenção empreendedora: experiência profissional anterior, experiência anterior com empreendedorismo, Projeto Carrinho Empreendedor, e habilidades pessoais, pois se referem ao reconhecimento de habilidades pessoais e à capacidade de controle do comportamento empreendedor (Agolla et al, 2019). Os relatos indicaram que os familiares empreendedores e o apoio de terceiros também facilitam a decisão de empreender, porém tais crenças não foram classificadas como de controle percebido, embora reforcem a importância dos referentes sociais, por meio das crenças normativas, como influenciadores do comportamento empreendedor. E **dificultadores**: a falta de capital e de apoio, a burocracia para abrir uma empresa, e, sobretudo, a passagem pelo sistema prisional, porque os entrevistados possuem crenças

Figura 5

Mapa conceitual dos resultados



Nota: Elaborada pelos autores com base nos dados da pesquisa (2020).

limitantes sobre estigmas e preconceitos, sobretudo no que tange à torneleira eletrônica, além da penalização com a suspensão de direitos – fatores que podem interferir negativamente na sua capacidade de executar o comportamento empreendedor.

Esta pesquisa apresenta como limitações: (1) a diversidade amostral quanto à experiência criminal, capaz de interferir na percepção sobre as motivações e as crenças empreendedoras dos egressos; e (2) o difícil acesso ao público sob custódia da Justiça, mesmo em regime aberto e semiaberto, pois alguns dos indicados à entrevista pareciam desconfiados e se recusaram a participar horas antes do agendamento da entrevista. Sugere-se, por conta disso, a realização de estudos futuros, em que se possa ampliar a amostra, considerando a possibilidade de investigar internos que participam/participaram dos programas de educação profissional oferecidos pelo sistema penitenciário, para proceder a novas análises.

A contribuição acadêmica deste estudo está em promover e ampliar a discussão sobre o empreendedorismo como opção de carreira, após o período de privação de liberdade. Ressalta-se, nesse sentido, seu caráter inovador, por apresentar resultados que se contrapõem à classificação dicotômica de motivação empreendedora, descrita pelo GEM (2017), além de reforçar a importância dos referentes sociais “família e amigos”, apresentados como crenças normativas e de controle percebido, uma vez que, para os entrevistados, esses referentes os estimulariam ao empreendedorismo.

Ademais, o levantamento de estudos nacionais sobre a reinserção de ex-infratores no mercado de trabalho, sob o viés da administração, parece escasso. Reconhecer a baixa empregabilidade de ex-detentos como um problema de gestão pode ser o início do debate de estratégias para minimizar os impactos negativos que têm sido gerados. Sendo assim, este estudo é um convite ao esforço e à discussão conjuntos entre poder público, população e academia, com a finalidade de modificar paradigmas da sociedade e de eliminar preconceitos que continuam aprisionando os ex-infratores, mesmo quando eles já não estão cercados pelos muros das penitenciárias.

### Declaração de Conflito de Interesse

*Os autores declaram que não possuem conflito de interesse de ordem financeira, comercial, política, acadêmica e pessoal.*

### Declaração dos autores de contribuições individuais

Papéis	Contribuições			
	Albuquerque LC	Sousa ES	Fontenele RES	Lima TCB
Conceitualização	■	■		
Metodologia	■		■	
Software	■	■		
Validação	■	■		
Análise formal	■	■		
Pesquisa / Levantamento	■	■		
Recursos	■	■	■	■
Curadoria dos dados	■	■	■	■
Escrita - Rascunho original	■			
Escrita - Revisão e edição		■		
Visualização dos dados	■	■	■	■
Supervisão / Orientação			■	■
Administração do Projeto			■	■
Financiamento			N.A.	

### REFERÊNCIAS

- Agolla, J. E., Monametsi, G. L., & Phera, P. (2019). Antecedents of entrepreneurial intentions amongst business students in a tertiary institution. *Asia Pacific Journal of Innovation and Entrepreneurship*, 13(2), 138-152. <https://doi.org/10.1108/APJIE-06-2018-0037>
- Ajzen, I. (1991). The theory of planned behavior. *Organizational Behavior and Human Decision Processes*, 50 (2), 179-211. [https://doi.org/10.1016/0749-5978\(91\)90020-T](https://doi.org/10.1016/0749-5978(91)90020-T)
- Alós, R., Esteban, F., Jódar, P., & Miguélez, F. (2015). Effects of prison work programmes on the employability of ex-prisoners. *European Journal of Criminology*, 12(1), 35-50. <https://doi.org/10.1177/1477370814538776>
- Alstete, J. W. (2008). Aspects of entrepreneurial success. *Journal of Small Business and Enterprise Development*, 15(3), 584-594. <https://doi.org/10.1108/14626000810892364>
- Angulo-Guerrero, M. J., Pérez-Moreno, S., & Abad-Guerrero, I. M. (2017). How economic freedom affects opportunity and necessity entrepreneurship in the OECD countries. *Journal of Business Research*, 73, 30-37. <https://doi.org/10.1016/j.jbusres.2016.11.017>
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70.
- Barros, I. C. F., Madruga, L. R. D. R. G., Ávila, L. V., & Beuron, T. A. (2014). Atitude empreendedora na percepção de empreendedores individuais e sociais. *Revista de Contabilidade e Organizações*, 8(21), 36-45. <https://doi.org/10.11606/rco.v8i21.60067>
- Behling, G., Pereira, C. M. D., Mazzoleni, E. C., Baccin, S. S., & Lenzi, F. C. (2015). Microempreendedor individual catarinense: uma análise descritiva do perfil dos empreendedores individuais em Santa Catarina. *Navus - Revista de Gestão e Tecnologia*, 5(1), 65-78. Recuperado de <https://www.redalyc.org/pdf/3504/350450615006.pdf>
- Block, J. H., & Wagner, M. (2010). Necessity and opportunity entrepreneurs in Germany: characteristics and earnings differentials. *Schmalenbach Business Review*, 62(2), 154-174. <https://doi.org/10.1007/BF03396803>
- Carsrud, A., & Brännback, M. (2011). Entrepreneurial motivations: what do we still need to know? *Journal of Small Business Management*, 49(1), 9-26. <https://doi.org/10.1111/j.1540-627X.2010.00312.x>
- Carter, N. M., Gartner, W. B., Shaver, K. G., & Gatewood, E. J. (2003). The career reasons of nascent entrepreneurs. *Journal of Business Venturing*, 18(1), 13-39. [https://doi.org/10.1016/S0883-9026\(02\)00078-2](https://doi.org/10.1016/S0883-9026(02)00078-2)
- Cavazos-Arroyo, J., Puente-Díaz, R., & Agarwal, N. (2017). An examination of certain antecedents of social entrepreneurial intentions among Mexico residents. *Revista Brasileira de Gestão de Negócios*, 19(64), 180-199. <https://doi.org/10.7819/rbgn.v19i64.3129>
- Cordeiro, A. M. (2019). A educação nas prisões. *ID online - Revista Multidisciplinar e de Psicologia*, 13(48), 214-223. <https://doi.org/10.14295/jidonline.v13i48.2155>
- Costelloe, A., & Langelid, T. (2011). Prison Education and Training in Europe – A review and commentary of existing literature, analysis and evaluation. *Directorate General for Education and Culture, European Commission, EAC*, 19, 106-130. Recuperado de <https://www.voced.edu.au/content/ngv:57679>
- Ephrem, A. N., Namatovu, R., & Basalirwa, E. M. (2019). Perceived social norms, psychological capital and entrepreneurial intention among undergraduate students in Bukavu. *Education + Training*, 61(7-8), 963-983. <https://doi.org/10.1108/ET-10-2018-0212>
- Ferreira, A. S. M., Loiola, E., & Gondim, S. M. G. (2017). Preditores individuais e contextuais da intenção empreendedora entre universitários: revisão de literatura. *Cadernos Ebape Br*, 15(2), 292-308. <https://doi.org/10.1590/1679-395159595>
- Ferri, L., Ginesti, G., Spano, R., & Zampella, A. (2019). Exploring factors motivating entrepreneurial intentions: the case of Italian university students. *International Journal of Training and Development*, 23(3), 202-220. <https://doi.org/10.1111/ijtd.12158>
- Fossen, F. M., & Büttner, T. J. (2013). The returns to education for opportunity entrepreneurs, necessity entrepreneurs, and paid employees. *Economics of Education Review*, 37, 66-84. <https://doi.org/10.1016/j.econedurev.2013.08.005>
- Global Entrepreneurship Monitor (GEM). (2017). *Empreendedorismo no Brasil 2016*. Recuperado de <https://www.gemconsortium.org/report>

- Governo do Estado do Ceará. (2017). Sejus entrega carrinhos de lanche para egressos do sistema penitenciário. Recuperado de <https://www.ceara.gov.br/2017/05/25/sejus-entrega-carrinhos-de-lanche-para-egressos-do-sistema-penitenciario/>
- Gray, D. E. (2012). *Pesquisa no mundo real* (2a. ed.). Porto Alegre: Penso.
- Grosholz, J. M., Kabongo, J. D., Morris, M. H., & Wichern, A. (2020). Entrepreneurship education in the transformation of incarcerated individuals: A Review of the literature and future research directions, *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 64(15), 1551-1570. <https://doi.org/10.1177/0306624X20928020>
- Holzer, H. J., Raphael, S., & Stoll, M. A. (2003). Employment barriers facing ex-offenders [Working Paper]. *The Urban Institute Reentry Roundtable, Employment Dimensions of Re-Entry: Understanding the Nexus Between Prisoner Reentry and Work*, New York, NY, USA.
- Hoppe, A., Barcellos, M. D., Vieira, L. M., & Matos, C. A. (2012). Comportamento do consumidor de produtos orgânicos: uma aplicação da teoria do comportamento planejado. *Revista de Administração e Contabilidade da Unisinos - Base*, 9(2), 174-188. <https://doi.org/10.4013/base.2012.92.06>
- Ireland, T. D. (2012). Educação em prisões no Brasil: direito, contradições e desafios. *Em Aberto*, 24(86), 19-39.
- Kautonen, T., & Palmroos, J. (2010). The impact of a necessity-based start-up on subsequent entrepreneurial satisfaction. *International Entrepreneurship and Management Journal*, 6(3), 285-300. <https://doi.org/10.1007/s11365-008-0104-1>
- Keena, L., & Simmons, C. (2015). Rethink, reform, reenter: an entrepreneurial approach to prison programming. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, 59(8), 837-854. <https://doi.org/10.1177/0306624X14523077>
- Liñán, F., & Chen, Y. W. (2009). Development and Cross-Cultural application of a specific instrument to measure entrepreneurial intentions. *Entrepreneurship Theory and Practice*, 33(3), 593-617. <https://doi.org/10.1111/j.1540-6520.2009.00318.x>
- Martins, F. S., Santos, E. B. A., & Silveira, A. (2018). Intenção empreendedora: categorização, classificação de constructos e proposição de modelo. *Brazilian Business Review*, 16(1), 46-62. <https://doi.org/10.15728/bbr.2019.16.1.4>
- McClelland, D. (1972). *A sociedade competitiva: Realização e progresso social*. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura.
- Moraes, C., Simões, D., & Gonçalves, E. (2017). Educação no cárcere: uma análise dos processos educativos no Centro de Reeducação Feminina de Ananindeua/Pará. *Revista Pedagogia Social UFF*, 2(2) 1-20.
- Minola, T., Criaco, G., & Obschonka, M. (2016). Age, culture, and self-employment motivation. *Small Business Economics*, 46(2), 187-213. <https://doi.org/10.1007/s11187-015-9685-6>
- Pastore, J. (2011). *Trabalho para ex-infratores*. São Paulo: Saraiva.
- Patzelt, H., Williams, T. A., & Shepherd, D. A. (2014). Overcoming the walls that constrain us: the role of entrepreneurship education programs in prison. *Academy of Management Learning & Education*, 13(4), 587-620. <https://doi.org/10.5465/amle.2013.0094>
- Paul, J., Hermel, P., & Srivastava, A. (2017). Entrepreneurial intentions – theory and evidence from Asia, America, and Europe. *Journal of International Entrepreneurship*, 15(3), 324-351. <https://doi.org/10.1007/s10843-017-0208-1>
- Rodermund, E. S. (2004). Pathways to successful entrepreneurship: parenting, personality, early entrepreneurial competence and interests. *Journal of Vocational Behavior*, 65(3), 498-518. <https://doi.org/10.1016/j.jvb.2003.10.007>
- Sarasvathy, S. D. (2004). Constructing corridors to economic primitives. Entrepreneurial opportunities as demand-side artifacts. In J. E. Butler (Ed.), *Opportunity Identification and Entrepreneurial Behavior* (pp. 291-312). Charlotte, USA: Information Age Publishing Inc.
- Schlaegel, C., & Koenig, M. (2014). Determinants of entrepreneurial intent: a meta-analytic test and integration of competing models. *Entrepreneurship, Theory and Practice*, 38(2), 291-332. <https://doi.org/10.1111/etap.12087>
- Silva, C. L. O., & Saraiva, L. A. S. (2013). Lugares, discursos e subjetividades nas organizações: o caso de uma prisão. *Cadernos Ebape Br*, 11(3), 383-401. <https://doi.org/10.1590/S1679-39512013000300005>
- Souza, E. M., Costa, A. S. M., & Lopes, B. C. (2019). Ressocialização, trabalho e resistência: mulheres encarceradas e a produção do sujeito delinqüente. *Cadernos Ebape Br*, 17(2), 362-374. <https://doi.org/10.1590/1679-395171382>
- Thiry-Cherques, H. R. (2009). Saturação em pesquisa qualitativa: estimativa empírica de dimensionamento. *Revista PMKT*, 3(2), 20-27.
- Trochim, W. M. K. (1989). Outcome pattern matching and program theory. *Evolution and Program Planning*, 12(4), 355-66. [https://doi.org/10.1016/0149-7189\(89\)90052-9](https://doi.org/10.1016/0149-7189(89)90052-9)
- Vale, G. M. V., Corrêa, V. S., & Reis, R. F. (2014). Motivações para o empreendedorismo: necessidade versus oportunidade? *Revista de Administração Contemporânea*, 18(3), 311-327. <https://doi.org/10.1590/1982-7849rac20141612>
- Van der Zwan, P., Thurik, R., Verheul, I., & Hessels, J. (2016). Factors influencing the entrepreneurial engagement of opportunity and necessity entrepreneurs. *Eurasian Business Review*, 6, 273-295. <https://doi.org/10.1007/s40821-016-0065-1>
- Van Gelderen, M. (2010). Autonomy as the guiding aim of entrepreneurship education. *Education + Training*, 52(8-9), 710-721. <https://doi.org/10.1108/00400911011089006>
- Vergara, S. C. (2003). *Projetos e relatórios de pesquisa em administração* (4a. ed.). São Paulo: Atlas.
- Wilson, D. B., Gallagher, C. A., & MacKenzie, D. L. (2000). A meta-analysis of corrections-based education, vocation, and work programs for adult offenders. *Journal of research in crime and delinquency*, 37(4), 347-368. <https://doi.org/10.1177/0022427800037004001>
- Yitshaki, R., & Kropp, F. (2016). Motivations and opportunity recognition of social entrepreneurs. *Journal of Small Business Management*, 54(2), 546-565. <https://doi.org/10.1111/jsbm.12157>

#### BIOGRAFIA DOS AUTORES

**Larissa Cavalcante Albuquerque** é Coordenadora Acadêmica da UNIFANOR. Mestre em Administração e Controladoria pela Universidade Federal do Ceará (UFC) e Graduada em Comunicação Social com habilitação em Publicidade e Propaganda pela UFC. Suas áreas de interesse incluem Empreendedorismo e Marketing.

E-mail: [larissa\\_cavalcante@ymail.com](mailto:larissa_cavalcante@ymail.com).

**Evangelina da Silva Sousa** é Administradora da Universidade Federal do Piauí (UFPI). Doutora em Administração e Controladoria pela Universidade Federal do Ceará (UFC), Mestre em Desenvolvimento e Meio Ambiente pela UFPI e Graduada em Administração pela UFPI. Suas áreas de interesse incluem sustentabilidade, consumo, intenção comportamental e empreendedorismo.

E-mail: [evangelinasousa@gmail.com](mailto:evangelinasousa@gmail.com).

**Raimundo Eduardo Silveira Fontenele** é Professor Titular do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Ceará (UFC) e do Programa de Pós-Graduação em Administração e Controladoria da UFC. Doutor em Ciências Econômicas - Université Sorbonne Paris-Nord, Mestre em Economia Rural pela UFC e Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR). Suas áreas de interesse na área de Economia e Administração, incluem Avaliação Econômica de Projetos, Desenvolvimento Sustentável e Economia de Recursos Naturais, Empreendedorismo e Planejamento e Políticas Públicas.

E-mail: [prof.eduardo.fontenele@gmail.com](mailto:prof.eduardo.fontenele@gmail.com).

**Tereza Cristina Batista de Lima** é Professora Associada II da Universidade Federal do Ceará (UFC) e do Programa de Pós-Graduação em Administração e Controladoria da UFC. Doutora em Educação pela UFC, Mestre em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica (PUC/SP) e Graduada em Psicologia pela UFC. Desenvolve pesquisas nas áreas de Gestão de Pessoas e Comportamento Organizacional, com ênfase nas questões de Socialização, Identidade Profissional, Comportamento Empreendedor, Gênero e Diversidade.

E-mail: [tcblima@uol.com.br](mailto:tcblima@uol.com.br).